

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DHIOGO FELIPE SANTOS GOMES

UM BREVE ENSAIO SOBRE O USO DAS ARTES COMO FERRAMENTA PARA
POLÍTICAS PÚBLICAS

MATINHOS

2022

DHIOGO FELIPE SANTOS GOMES

UM BREVE ENSAIO SOBRE O USO DAS ARTES COMO FERRAMENTA PARA
POLÍTICAS PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, como requisito à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^{ta} Dr^a Carla Beatriz Franco Ruschmann.

MATINHOS

2022

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo a realização de um ensaio teórico fruto de uma incursão em artigos da literatura publicada em periódicos onde houvesse experimentação da utilização da arte como instrumento de intervenção na atuação dos profissionais que trabalham com Políticas Públicas. Para isso, este trabalho se estrutura de forma a aproximar o leitor desta temática. Desta forma, foi realizada uma contextualização da arte, sua conceitualização e sua função como estratégia interventiva. Após isso, realizou-se uma descrição do panorama histórico das Políticas Públicas de Saúde, Assistência Social e Educação no Brasil pontuando seus principais marcos e princípios. Posteriormente, realizou-se uma exposição de algumas experiências nestas Políticas Públicas sobre possibilidades interventivas de profissionais das mais diversas funções. Foi possível identificar que a arte se apresenta como instrumento importante na criação de novas estratégias interventivas que levam em consideração o papel autônomo dos sujeitos e suas implicações na produção de saúde, mobilização de mudanças sociais, valorização da autonomia e nos processos educativos.

Palavras-chave: Arte, Políticas Públicas, Serviço Público.

ABSTRACT

The present work aimed to carry out a theoretical essay resulting from an incursion into articles in the literature published in journals where there was experimentation with the use of art as an instrument of intervention in the performance of professionals who work with Public Policies. For this, this work is structured in order to bring the reader closer to this theme. In this way, a contextualization of art was carried out, its conceptualization and its function as an intervention strategy. After that, there was a description of the historical panorama of Public Policies for Health, Social Assistance and Education in Brazil, punctuating its main milestones and principles. Subsequently, there was an exposition of some experiences in these Public Policies on intervention possibilities of professionals of the most diverse functions. It was possible to identify that art presents itself as an important instrument in the creation of new intervention strategies that take into account the autonomous role of subjects and their implications in the production of health, mobilization of social changes, appreciation of autonomy and in educational processes.

Keywords: Art, Public Policies, Public Service.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	ARTE: É POSSÍVEL SIGNIFICAR?.....	8
3	POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	11
4	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO COM USO DA ARTE.....	16
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
	REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Difícil iniciar esse texto sem avisar ao leitor que ele nasce dentro de um percurso de diversas pretensões que me eram possíveis e os vários entraves que impediriam que se pudesse desenvolver seus objetivos iniciais. O que era para ser uma revisão mais sistematizada sobre as políticas públicas de cultura no Brasil, ganhou novos contornos que objetivavam também relacionar aspectos psicodinâmicos da relação entre arte, cultura, inconsciente pessoal e inconsciente coletivo. Como síntese de tudo isso, e tendo consciência de minhas limitações temporais e qualitativas no sentido de promover um estudo mais denso e pormenorizado de um assunto tão amplo e matizado por tantos campos de discussão, decido por tornar esse texto um ensaio, que permita percorrer lugares, reflexões, autores e possibilidades que me emergiram durante o percurso de sua produção.

A temática deste trabalho se apresenta de forma muito evidente dentro do panorama social atual e também da grande quantidade de pesquisas que são realizadas no campo das políticas públicas. Com o surgimento destas, e após a melhor sistematização e capilarização dos serviços, diversas categorias profissionais passaram a ter atuação direta com o público atendido nos campos de saúde pública, assistência social, educação, cultura, e outros. E o surgimento de diversos impasses, limitações e dificuldades associadas à execução do serviço público, faz emergir a necessidade de ampliação das pesquisas e das novas experimentações sobre atuação profissional.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho consistiu em produzir um ensaio teórico fruto de uma incursão em artigos da literatura publicada em periódicos onde houvesse experimentação da utilização da arte como instrumento de intervenção na atuação dos profissionais que trabalham com Políticas Públicas. Assim, busca-se discutir a conceitualização da arte e sua possibilidade de função interventiva, descrever o panorama histórico das principais Políticas Públicas do Brasil (Saúde, Assistência Social e Educação) e explorar as possibilidades interventivas com o uso da arte a partir de experiências publicadas em âmbito científico.

Quanto aos aspectos metodológicos, este trabalho se desenha como um ensaio teórico resultante de uma pesquisa realizada de forma livre de artigos publicados em periódicos na plataforma Scielo. Como critérios para a seleção dos artigos busquei a necessária inter-relação entre atuação profissional e utilização da arte como meio utilizado para intervenção nas Políticas Públicas de Saúde, Assistência Social e Educação. A escolha priorizou localizar artigos que contemplassem as três

Políticas elencadas e que tivessem a maior variedade possível de modalidades artísticas nas intervenções realizadas (Música, Teatro, Artes Visuais e Dança).

Após a busca e leitura de títulos e resumos, realizei uma seleção arbitrária de 07 artigos que atenderam às necessidades de engatilhamento das discussões deste ensaio, sendo 03 com experiências na Política de Saúde, 02 com experiências na Política de Assistência Social e 02 com experiências na Política de educação. Além disso, consegui com estas escolhas contemplar ampla variedade de modalidades artísticas, em conforme com os critérios que estabeleci. A partir de então, procedi na leitura integral e análise de 07 artigos, que serão descritos e discutidos posteriormente.

Sem querer corromper os aspectos estruturais de produção científica, mas sendo balizado por uma visão de ciência que ultrapassa concepções de apreensão do conhecimento através de uma única via regida pelo saber pragmático e positivista, me coloco talvez em uma concepção de aproximação com o “objeto de estudo” tal qual o proposto pela Fenomenologia (ANGERAMI, 2011). Busco então aqui, através de uma estratégia de investigação exploratória, debruçar-me sobre como estes fenômenos me ocorrem e como significo eles, porém sem deixar de lado a contribuição de autores e pesquisas que também margeiam estes temas e possam gerar sentidos que tentarei articular aqui.

O ensaio teórico é uma forma textual que emerge da tensão sujeito-objeto. Provém do campo da filosofia, mas adentra o campo científico como forma de “radicalidade”, indo à raiz do objeto sem recair em dogmatismos ou formas já postas e sistematizadas de apreensão dos mesmos. E é neste sentido que a metodologia de criação deste texto vai se perfazendo (MENEGHETTI, 2011).

Este trabalho se justifica pela importância de condensar possibilidades de atuação e encontrar através destas experiências, metodologias possíveis que possam ser replicadas e alternadas de forma a ganhar novos contornos que ratifiquem suas potencialidades na atuação. Também ganha importância como propulsor de novas pesquisas que contemplem lugares ainda não percorridos neste campo de produção do conhecimento.

Desde já estas reflexões se colocam em aberto e passíveis de intervenções, críticas e abertura para novos caminhos, mas acredito que o percurso de aquisição do conhecimento e produção de ciência se faz nessa ousadia de tentar criar a partir do que se assimila. Às vezes essas inferências não conseguem ganhar contornos que a validem quando transportadas para a concretude da realidade e necessitará ser reformulada a partir das novas experiências. Portanto, este é um retrato parcial do que fora apreendido dentro de um percurso de formação e compreensão sobre a Questão Social, suas

expressões e minhas reflexões entre tantos assuntos debatidos durante os percursos de aulas e seus impactos em minha visão sobre Psicologia, Arte e intervenções em políticas públicas.

2 ARTE: É POSSÍVEL SIGNIFICAR?

Tentar conceitualizar a arte é algo muito complexo, já que a conceitualização da arte está imersa numa série de debates ao longo do tempo e que estão sempre permeados por aspectos históricos, sociais e filosóficos. A trajetória do fazer artístico durante todos períodos em que a humanidade vem realizando as suas expressões, por ser tão complexa, não pode ser analisada sem levar em consideração os aspectos supracitados e os parâmetros de cada época sob um conceito de arte circunscrito naquele período analisado.

Nós precisamos compreender que não chegaremos a um conceito de arte que pudesse ser contemplado numa perspectiva imutável ou permanente, como se pretende a partir das conceitualizações que são realizadas nas ciências de uma forma geral, já que a arte se constituiria muito mais como um campo (se entenda num sentido muito mais amplo e espectral de conteúdos) do que como um objeto específico no qual se pode discutir e inferir “padrões” a partir dos seus elementos concretos.

É claro que não podemos negar que a arte enquanto expressão pode se materializar na forma de um objeto artístico muito bem definido, o que demonstra a sua face concreta e o seus elementos de concretude, mas apesar disto, ela está atravessada também por outros elementos que compõem um campo de abstração muito maior e que ultrapassa a concretude do objeto artístico em si. Portanto, qualquer tipo de discussão com intenção de conceitualização da arte, demanda por levar em consideração a permeabilidade de todos esses aspectos. Neste sentido, este texto não tem a intenção de chegar a um lugar dado, permanecendo aqui dentro do de um campo de discussão apenas de apontamentos e reflexões que propiciem a visualização das bases que impulsionam este ensaio exploratório.

Durante toda a trajetória do homem, a arte sempre ganhou novos contornos a partir das mudanças socioculturais ocorridas, e associadas a isto estão as aproximações, afastamentos e reaproximações do homem de explicações casuísticas, mitológicas e religiosas sobre o universo. A própria conceitualização da arte acompanhou as mudanças sociais, se moldando também ao afastamento do ponto de vista puramente religioso, à aproximação do homem ao conhecimento

científico ou mesmo dos novos olhares sobre sua própria subjetividade, ocorridas com as transformações advindas a partir da Idade Moderna (LACOSTE, 1986).

Na antiguidade a arte era associada a um fazer muito mais mecânico, fundamentando a busca pela perícia como a maior ambição do artista. A perícia que o artista tinha de produzir objetos a partir de parâmetros específicos vai ganhando então contornos com regramentos e a adoção de cânones artísticos com formas de se fazer e de se produzir as obras e que se estende até a idade média no mundo ocidental (LACOSTE, 1986).

Durante o fim da Idade Média e o advento do renascimento e antropocentrismo, a arte ganhará novos contornos e o homem passa a questionar e fomentar um outro lugar na intencionalidade do fazer artístico, que supera um puro regramento e dá margem à impressão do artista, sua subjetividade, e intencionalidade abstrata daquele que produz a obra. A partir desse momento a arte permanece levando em consideração a existência da técnica, mas considera que o fazer artístico se compõe muito mais do que apenas a replicação/representação do universo material. (BERTHOLD, 2001; GROUT & PALISCA, LACOSTE, 1986)

A discussão filosófica desta temática é muito ampla e eu não conseguiria abarcar todos os seus elementos, em virtude dos próprios objetivos deste trabalho e pela minha limitação quanto à possibilidade de discutir teoricamente ou filosoficamente todos os contornos e vieses dentro do debate sobre arte e fazer artístico e que embalsamaram os estudos dentro da filosofia da arte, do campo da estética e outras ciências humanas com seus diversos nomes e filósofos que por muito tempo se debruçaram nisto.

Portanto, trago estes poucos elementos engatilhados pela minha breve imersão (que considero inicial), como molduras necessárias para o esclarecimento de meu pretense objeto e indico que estas temáticas estão melhor desenvolvidas e podem ser melhor esclarecidas em trabalhos que fundamentaram este ensaio.

Tendo feito este breve prelúdio, posso agora sinalizar que este ensaio busca explorar a arte em um local muito específico. E é neste local onde vou me debruçar: o lugar da arte enquanto instrumento.

Como elemento de expressão humana, a arte foi muito utilizada com diversos fins durante a história e um desses é o processo educativo. Através de elementos da expressão artística, a igreja católica por muito tempo desenvolveu suas práticas de catequese, doutrinação e disciplinamento

de seus ritos. Mas não somente o cristianismo, como as variadas religiões são atravessadas pela produção artística seja na música, dança, teatro, esculturas. Todas estas expressões foram e ainda são utilizadas como forma de compor o processo de educação e doutrinação dos fiéis e como parte também de seus movimentos ritualísticos, já que a arte também está associada à mobilização das emoções e ligação espiritual, tendo portanto múltiplas funções nestes contextos, dando assim intensidades, contornos, cores, formas e sons ao seu imaginário (BERTHOLD, 2001; GROUT & PALISCA; LACOSTE, 1986).

Justamente por fazer parte da mobilização humana e suas ressonâncias, bem como pelas diversas funções que exerce, que trago apontamentos a respeito da arte com a função de possibilidades interventivas. Este também foi um campo de discussão que entrou dentro da psicologia e que pelos mesmos motivos já colocados, não tenho a intenção de explorar de forma densa ou particularizada seus teóricos. Porém, aponto de forma superficial como o conceito de arte entra dentro da perspectiva psicológica de Carl Gustav Jung, psicólogo suíço, criador da Psicologia Analítica, e que partindo da psicanálise, mas chegando à suas próprias questões teóricas fundantes de sua nova perspectiva em Psicologia, vai pensar a arte como atravessando ou atravessada pela própria constituição da personalidade do sujeito (JUNG, 2009).

Jung, de alguma forma, também separa esse sujeito que produz a arte (artista), daqueles que não a produzem, como se nestes se compusessem dinâmicas diferenciadas, já que o artista em dado aspecto é tomado pelo seu inconsciente para a expressão. E isto funcionaria de forma diferente das pessoas que não são artistas, portanto, não produzindo a arte sob os mesmos mecanismos. Mas independentemente desta compreensão do sujeito artístico como alguém diferenciado do sujeito não artístico, Jung também traz elementos que contemplam a visão da arte como algo de caráter educativo e do artista com alguém que se expressa para além dos elementos individuais e subjetivos, possuindo também uma função de educação da sociedade em que ele vive (JUNG, 2009)

Além disso, também sob a Perspectiva da psicologia analítica, a arte e seus elementos simbólicos constitutivos, permeiam e ultrapassam elementos do inconsciente pessoal para o inconsciente coletivo. E por isso pode reverberar naquele que aprecia a obra artística, por também conter ali fragmentos simbólicos que compõem sua psique, portanto também o ser humano se vendo identificado naquela obra artística e sendo mobilizado por ela, abre espaço para que possa se ver naquele lugar e produzir autoconhecimento e mudança intermediado pela apreensão e contemplação da obra. Nesta perspectiva, a arte também pode ser considerada instrumento dentro de processos de cunhos psicoterápicos e educativos (ITO, 2018; JUNG, 2002; 2009).

Concluindo essas reflexões a respeito da arte, não se buscou aqui uma definição precisa ou uma descrição do contexto histórico ponto a ponto das conceitualizações que se fizeram dentro do campo da estética e filosofia da arte, mas apenas a exploração de elementos importantes nessa configuração do conceito artístico, do uso da arte e da função da arte para levantar sua importância e possibilidades do uso desse “instrumento” dentro do panorama de atuações profissionais de diversos campos e nos diversos cantos. Essa é a base para que nós possamos agora pensar a respeito das políticas públicas no Brasil e como estes usos/funções que podem ser educativas, reflexivas e terapêuticas, possibilitam vestir as intervenções profissionais no campo das políticas públicas, sempre levando em consideração as interconexões entre os sujeitos individuais e as perspectivas grupais, já que a arte permeia esse campo de vinculação individual-coletivo de espelhamento da realidade objetiva e das múltiplas realidades subjetivas.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O campo de discussão relacionado às políticas públicas também é muito vasto, já que esse debate pode perpassar desde seus aspectos conceituais e teorias que envolvem a criação e concepção das políticas públicas, bem como discussões a respeito do seu planejamento, estruturação e execução. Mas neste trabalho, em virtude também dos elementos já dispostos no tópico anterior, versarei apenas em aspectos dessa discussão que possam subsidiar e continuar o debate a respeito das possibilidades de intermediações entre o campo de intervenção dos profissionais que atuam nas políticas públicas e a utilização da arte como ferramenta possível.

As políticas públicas estão diretamente associadas à execução das ações do governo em seu exercício e o cumprimento de uma das funções do Estado. Com o surgimento dos estados-nação e das novas formatações desse estado-nação definidas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo e suas modificações que atravessaram os séculos XX e XXI, amparados por várias modificações e discussões a respeito das funções do Estado, este passa a ter a função de promover o bem-estar comum em sociedade e portanto para isso ele precisa executar ações para que essa ordem pública e a solução de quaisquer tipos de problemáticas que sejam de ordem coletiva possam ser sanadas pela ação do estado (BEHRING & BOSCHETTI, 2016; DIAS & MATOS, 2012; PINHEIRO JUNIOR, 2014).

A partir dessa necessidade do Estado de suprir com determinadas demandas, faz-se necessário o surgimento das políticas públicas através de aparatos normativos, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado e que envolve a participação de entes de várias camadas sociais para que possa ser assegurado os direitos e a execução dos objetivos constitucionais e objetivos de manutenção da ordem social do estado-nação.

As políticas públicas podem ser formuladas pela iniciativa dos poderes executivo ou legislativo a partir das demandas que possam emergir e das necessidades sociais impostas pelo desenvolvimento da Nação e da sociedade em determinado território ou em todo território nacional. Na história do Brasil existiram diversos momentos em que as políticas públicas e as políticas sociais passaram por várias transformações amparadas pelo próprio contexto histórico e social brasileiro, passando de momentos com baixa participação popular no processo de planejamento e proposição das políticas, com pouco ou nenhum controle social, a uma série de alterações que foram mudando a forma como se executa ou se planeja as políticas sociais brasileiras. Estas alterações promoveram uma ampliação do controle social advindas de uma proposta muito mais descentralizada e que abarcasse de forma mais assertiva as demandas dos setores sociais que são atendidos diretamente pelas mesmas. (DIAS & MATOS, 2012; PINHEIRO JUNIOR, 2014).

Vale ressaltar que dentro do campo de discussão sobre políticas públicas há também uma variedade de conceitos quanto à própria função e amplitude de ação destas políticas. Desta forma, elas podem se caracterizar por formatos específicos com atuação direcionada a públicos focais, ou formatos mais abrangentes e generalistas que conseguem abarcar de forma mais integral toda a população oferecendo serviços públicos direcionados a áreas específicas de garantia universal, tais quais os serviços de saúde ofertados pelo Sistema Único de Saúde e que tem como princípio a universalidade, abarcando portanto em seus serviços toda a população. Ainda que setores sociais específicos não sejam usuários diretos de vários dos equipamentos de saúde dispostos no território, a organização dos serviços de saúde, controle de uso de fármacos e diversos outros processos regulatórios são perpassados por agências reguladoras públicas que representam o controle do estado, sinalizando que todo o grupo social também é abarcado por esta política (RAITER & DALLABONA, 2015).

As políticas públicas têm seu escopo de ação não somente em espaços específicos e muito bem conhecidos como é o caso da Saúde, mas elas estão disseminadas em todas as áreas de ação do Poder Executivo, já que a organização social como um todo depende de várias estratégias tomadas pelo governo para que possa executar de forma integral a garantia não somente de direitos mas

também do bom desenvolvimento urbano. Por isso, as políticas públicas envolvem ações de infraestrutura e desenvolvimento tais como Planejamento Urbano, Saneamento Básico, Habitação, Transporte, Mobilidade Urbana, Energia e Meio Ambiente, bem como políticas públicas sociais como Saúde, Educação, Assistência Social, Previdência Social e Cultura. Estas últimas objetivam a oferta de serviços nestes Campos aos usuários a quem delas necessitar, a partir das condicionalidades e da caracterização de demanda que cada cidadão poderá ter (RAITER & DALLABONA, 2015).

Sem objetivar conseguir dar conta também da densidade que foi o processo histórico de formatação das políticas públicas sociais e dos seus funcionamentos, discorrerei de forma bem breve a respeito das políticas de Saúde, Assistência Social e Educação, já que são nestas políticas públicas onde encontro campo e trago experiências publicadas a respeito de possibilidade de atuação e de uso de metodologias artísticas para processos de intervenção.

A política de saúde é executada dentro de um sistema Nacional muito conhecido por toda a população que é o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é resultado de uma série de modificações dentro das políticas ofertadas no campo da saúde que adviram principalmente a partir dos novos pressupostos fundantes da Constituição Cidadã e a ampliação das discussões a respeito da participação e controle social. Em 1923 o que havia como política pública relacionada à saúde eram as Caixas de Aposentadoria e Pensões através da Lei Eloy Chaves, onde as primeiras discussões sobre essa necessidade de atender demandas relacionadas aos trabalhadores começam a surgir permeando assim relações entre os setores público e privado que moldaram as transformações posteriores relacionadas à saúde e previdência (BARBOZA et al., 2020; LIMA, 2005).

Em 1932 surgiu o Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPS), já no estado novo de Getúlio Vargas, e se configurou a partir do processo de industrialização e urbanização brasileira e com a acentuada demanda, pressões e reivindicações dos trabalhadores naquele contexto. Em 1965 surge o Instituto Nacional de Previdência Social, que seria a unificação dos então IAPS e consolidando a assistência, que neste momento ainda se caracteriza por um modelo hospitalocêntrico e curativista. Em 1977 surgiu o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social que passa a ser o órgão do Governo que presta essas assistências médicas. (BARBOZA et al., 2020; LIMA, 2005).

No ano de 1986 acontece a VIII Conferência Nacional de Saúde, que ocorre com grande participação social logo após o fim da Ditadura Militar, e a partir dessa conferência se estabelece uma concepção muito mais ampliada de saúde com a perspectiva universalista e com indicação de que

seria dever do Estado o cumprimento, execução e oferta de serviços relacionados à saúde. Mas é em 1988 com a constituição Cidadã que a saúde passa a ser estabelecida como direito de todos e dever do Estado estabelecendo então as bases para o Sistema Único de Saúde que deverá ser essencialmente custeado pela União, Estados e Municípios, prevendo inclusive a existência dos Conselhos de Saúde, e portanto do Controle Social (BARBOZA et al., 2020; LIMA, 2005).

Em 1990 através da Lei Nº 8080 de 19 de setembro de 1990 se formaliza a existência do Sistema Único de Saúde que tem como seus princípios doutrinários a Universalização, Equidade Integralidade do atendimento e como princípios organizativos, a Regionalização, Hierarquização, Descentralização, Comando Único e Participação Popular. Estes princípios são extremamente importantes para uma execução democrática de seus serviços e para atendimentos qualificados a partir das demandas de quem busca os Serviços de Saúde. (BRASIL, 1990; BARBOZA et al., 2020; LIMA, 2005).

Dentro de uma lógica parecida com o SUS, porém agora dentro do campo da Assistência Social, percorro um pouco o caminho de formatação e caracterização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É importante levar em consideração que a assistência social é também direito do cidadão e dever do Estado, sendo política de Seguridade Social, não contributiva e que provê os mínimos sociais, sendo realizada através de um conjunto Integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas, conforme a lei orgânica da Assistência Social. (BRASIL, 1993). O SUAS portanto rompe com a noção de assistência social puramente assistencialista e que historicamente foi muito associada a caridade, a práticas religiosas, objetivos eleitoreiros e clientelismo.

Os fundamentos normativos iniciais da assistência social no Brasil datam do ano de 1937 com a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNSS) e marca a primeira regulamentação da Assistência Social no Brasil. Em 1942, no governo Getúlio Vargas, cria-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de apoiar as famílias dos combatentes da Segunda Guerra Mundial. Em 1977 é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, ocasião em que a Assistência começa a se vincular ao sistema de Previdência. Entretanto, assim como o SUS é somente em 1988 com a nova Constituição Federal que a Assistência Social se torna parte da política de Seguridade Social. A partir daí se seguem em 1990 a primeira versão da lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993 a aprovação da LOAS, em 1997 a aprovação da Norma Operacional Básica (NOB), em 1998 a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, e em 2003 ocorre a 4ª

Conferência Nacional que delibera a criação do Sistema Único de Assistência Social (PEREIRA, 2007; VILLANUEVA et al., 2016).

Entre os princípios e diretrizes do SUAS, estão a universalização do sistema, a territorialização da Assistência Social, a descentralização político-administrativa, padronização dos serviços, e muitas outras características que buscam garantir a proteção social e que não subjuguem usuário a contornos tutelares e clientelistas que existiam anteriormente, promovendo então a autonomia e protagonismo do usuário dentro desta política (BRASIL, 1993; PEREIRA, 2007; VILLANUEVA et al., 2016).

Funcionando estruturalmente de forma diferenciada, quando comparada ao SUS e SUAS, a política Educacional Brasileira é um dos instrumentos ao desenvolvimento humano e desenvolvimento científico da sociedade, já que compõe a oferta de serviços de educação em todos os âmbitos e em todos os níveis educacionais, tendo um impacto direto na formação social, no desenvolvimento científico, e no desenvolvimento profissional e econômico do país. A Educação Brasileira se compõe em seu formato atual a partir das bases da Constituição Federal de 1988, assim como as políticas já referidas anteriormente, mas também com a emenda constitucional nº 14 de 96 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB instituída pela Lei 9394/1996.

Dentro de sua estrutura, o sistema educacional se divide em Educação Básica e Educação Superior, sendo a Educação Básica correspondente à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, atuando os municípios prioritariamente na Educação Infantil e Ensino Fundamental, e os Estados e Distrito Federal nos Ensinos Fundamental e Médio. Já dentro da Educação Superior, é o governo federal que exerce função de organização do sistema. Dentro da Educação, além da oferta dos serviços que são base desta política, o poder público também realiza a criação de diversos programas e ações específicas ou em parceria com outras políticas, além de ações de financiamento tais como FUNDEB, e propostas de programas para a universalização do acesso à escola, expansão do acesso à Educação Superior, entre outros (BRASIL, 1996; RAITER & DALLABONA, 2015).

Tendo caminhado, ainda que superficialmente, pelo desenvolvimento, breve caracterização e princípios gerais de cada uma dessas políticas, podemos agora falar sobre a atuação profissional e possibilidades de intersecção entre o uso da arte como mediadora e as intervenções das categorias profissionais.

Dentro deste cenário e em virtude de minha própria experiência profissional tendo passado pela atuação direta ou indireta nos âmbitos destas políticas, e por perceber como várias são as

possibilidades de atuação profissional e múltiplas são as demandas do público que passa pelo atendimento nestes serviços, que acredito na possibilidade de busca constante por parte dos profissionais que atuam dentro das políticas públicas de novas inventividades de atuação, amparadas por experiências prévias de outros profissionais e por avaliações e análises técnico-científicas a respeito das possibilidades de replicação.

Portanto, buscarei aqui resgatar experiências realizadas dentro do âmbito destas políticas públicas com uso de diversas modalidades artísticas como instrumentos dentro do processo de intervenção profissional.

4 POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO COM USO DA ARTE

Neste momento passo agora a descrever de forma breve, porém pontuando as principais características, perspectivas teórico-técnicas e contribuições de algumas experiências de intervenção de profissionais distintos nas políticas públicas relacionadas à saúde, educação e assistência social caracterizadas anteriormente.

Início este percurso com três experiências dentro do campo da política pública de saúde que versaram cada uma delas por modalidades artísticas diferentes. No artigo intitulado: **Hoje vou ser artista - Saúde e Cidadania em um cenário de internação para tratamento de tuberculose** (MAFFACCIOLLI et. al, 2019), os autores, predominantemente do campo da Enfermagem, trazem uma intersecção entre saúde, educação popular e atividades artísticas.

A pesquisa foi realizada em 2014 no Hospital Sanatório Partenon no município de Porto Alegre (RS), e eles trazem neste artigo uma série de questões e reflexões relacionadas às formas de se produzir saúde. Em sua discussão, os autores trazem o fato de que a saúde não se limitaria à cura e de que é preciso repensar o processo de produção de cuidado dentro dos aparatos de atenção à saúde, propiciando uma perspectiva muito mais ampla e atravessada pelo conceito de Determinantes Sociais de Saúde e vulnerabilidade em saúde (AYRES et al.2012). Desta forma, neste hospital, uma série de ações compostas por várias modalidades artísticas como teatro, música, desenho, escultura, fotografia e poesia foram realizadas, envolvendo diversos profissionais. Neste artigo em específico eles fazem a descrição da experiência dos profissionais envolvidos nas oficinas de teatro e musicalização, compostas direta ou indiretamente por educadores sociais, psicólogos, profissionais de enfermagem, terapia ocupacional, medicina, fisioterapia, nutrição e farmácia, em encontros ocorridos semanalmente no ambiente hospitalar (MAFFACCIOLLI et. al, 2019).

Nas oficinas de teatro, esta expressão artística foi utilizada com várias intenções e possibilidades. A utilização de técnicas de respiração e expressão corporal foram utilizadas com o objetivo de desenvolvimento das capacidades neuropsicomotoras dos pacientes e no ensino de estratégias de cuidado de si. Além dessas técnicas, também eram propostas a construção de esquetes de vivências pessoais, que auxiliavam no desenvolvimento e reflexão sobre as subjetividades, na socialização, e no engajamento dos pacientes no seu processo terapêutico (MAFFACCIOLLI et. al, 2019).

Além das oficinas teatrais, também ocorriam oficinas de música, que envolviam vários jogos musicais cooperativos, de percussão corporal, e de rodas de canto. As atividades com música eram conduzidas por um educador que tinha formação em filosofia e estudos culturais, o que auxiliou os participantes no aprofundamento de um diálogo intercultural e na criação de um projeto coletivo musical que foi muito mobilizador não somente entre seus participantes diretos, mas também das pessoas que os assistiam no entorno. Ao ler esse artigo, fiquei muito mobilizado com uma das citações onde se descreve o cenário sob a perspectiva de um espectador no meio de toda uma expressão musical que ocorria naquele momento, onde vários atores do cenário hospitalar indiretamente eram contagiados pelas atividades (MAFFACCIOLLI et. al, 2019).

Essas atividades demonstraram a importância da diminuição das assimetrias de poder, principalmente entre profissionais e pacientes, além da verificação de que o teatro pode funcionar como um dispositivo estético e político que foi naquela ocasião catalisador de transformações sociais (MAFFACCIOLLI et. al, 2019). A intervenção em questão foi realizada sob perspectiva do Augusto Boal em que o teatro pode estar totalmente ligado ao saber popular e pode ser favorecedor de um fortalecimento do protagonismo dos pacientes. Acredito ser importante a contribuição deste trabalho como uma amostra de possibilidade do uso das ferramentas artísticas do Teatro e da Música para a quebra do paradigma hospitalar de higiene, neutralidade e emoções acinzentadas.

Uma segunda experiência foi relatada no artigo **Construção de espaços de escuta, diagnóstico e análise coletiva de problemas de saúde pública com linguagem teatral** (OLIVEIRA et al., 2012), onde também baseados numa concepção de saúde ampliada e focada nas noção de Determinantes Sociais de Saúde, os autores trazem a questão da Dengue como uma temática central de um grande desafio aos profissionais de saúde e gestores públicos quanto à mudança de comportamento da população. Através de oficina de jogos teatrais com educadores ligados diretamente a estas abordagens (agentes de saúde, agente de edemias e professores de ciência), foram realizadas sete oficinas nos municípios de Itaboraí e Rio de Janeiro (RJ) com 104 educadores, onde

amparados pelas perspectivas teóricas e técnicas de Bakhtin (1992) (conceito de dialogismo) e adaptação das propostas de Augusto Boal (2002), Viola Spolin (2001) e Koudela (1984), foram possíveis a realização de diversas esquetes focadas na situação-problema, onde os personagens envolvidos eram atores sociais do poder público (profissionais de saúde, vereadores, prefeitos), dos núcleos familiares e do espaço escolar. Os participantes tinham 15 minutos para realizar montagens e após isso eram realizadas as apresentações e a troca coletiva de impressões (OLIVEIRA et al., 2012).

Nesta experiência achei muito interessante a utilização do termo “inventividade” pelos autores. Importante destacar isso, pois essa palavra nos remete não somente ao processo criativo, mas às necessidades latentes entre os educadores e profissionais envolvidos nas práticas de prevenção e promoção de saúde, de percorrer caminhos variados nas estratégias de mobilização, educação, e modificação do comportamento em saúde da população. Mesmo num cenário em que há grande circulação de informações e campanhas, a recorrência de epidemias de dengue nos aponta para a necessidade de novas estratégias que recorram à criatividade e inventividade dos profissionais.

Através das dramatizações, dos debates e das impressões coletivas, houve uma grande proporção de falas, sobre o desgaste da figura do poder público e a sua responsabilização, mas também emergiram questões relacionadas ao isolamento versus integração entre os profissionais. A variabilidade de profissionais envolvidos dos campos da educação e da saúde proporcionou um diálogo entre esses profissionais, que promoveu uma maior integração, inclusive possibilitando o nascimento de novas propostas de intervenção com potencialidade de maior efetividade (OLIVEIRA et al., 2012).

Uma terceira experiência no campo da Saúde, encontrei no artigo **Ensaio uma clínica do chão: cartografando a Saúde Mental na Atenção Básica em interface com a dança** (BARONE & PAULON, 2019). Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado de uma das autoras, psicóloga-bailarina-pesquisadora no campo da clínica em Saúde Mental na Atenção Básica e que teve como alguns pressupostos teóricos e técnicos da reflexão autores como Deleuze (2013) (trazendo o conceito de intercessor do pensamento para a Dança), José Gil, Guatarri e Adorno. Nesse sentido, as autoras trazem o método da cartografia para falar sobre o seu trabalho dentro da Estratégia de Saúde da Família.

De forma coincidente, ao realizar a leitura da experiência em questão, me surpreendo com o uso da palavra “invenções” pelas autoras. Essa repetição do termo invenção como algo latente

dentro da perspectiva profissional corrobora com minhas impressões anteriores à concepção desta pesquisa, e que mobilizavam enquanto trabalhador diretamente envolvido na execução das Políticas Públicas. E vejo aqui em um segundo momento a utilização da terminologia como representação da mobilização que os diversos públicos, demandas e impasses dentro da política pública de Saúde geram nos profissionais, quase que exigindo novas formas de trabalhar, novas formas de produzir saber e novas formas de produzir atendimento em saúde.

A autora traz algumas vinhetas a respeito do seu trabalho, mas foca no atendimento conjunto da mesma com uma Agente Comunitária de Saúde a uma usuária que sofria violência doméstica. Dentro da Perspectiva das autoras não há de forma clara uma discriminação técnica e não vemos uma utilização prática da dança (como concebida tradicionalmente) na atuação, porém, trazendo algumas perspectivas de autores da dança contemporânea, as autoras trazem um olhar sobre o corpo como composição e compositor também das relações e das subjetividades implicadas no cuidado em saúde. Traz também a noção da dança como algo presente nos atendimentos realizados. Pontuam a possibilidade de suspensão do tempo-espço, falam a respeito de uma clínica poética onde a gente pode colocar o corpo em cena, desconstruir formas e deslocar o objeto artístico da condição de fim para condição de meio (BARONE & PAULON, 2019). Traz aqui então a noção da arte como possibilidade de intermediação interventiva, e visualiza a existência de uma “dimensão clínica na arte e de uma dimensão estética da clínica” (p. 10).

Durante a leitura desta experiência ressoou em mim a importância da observância do não-dito na leitura do sofrimento. A noção de que a arte compõe os corpos e de que metaforicamente ou não, é possível se dispôr a ter um olhar apurado para perceber nuances negligenciadas quando tomado apenas o discurso ou a queixa inicial. Essa observância pode gerar em nós uma reflexão sobre o nosso fazer, e um olhar mais integral à dor deste outro que nos procura para algum tipo de apoio e que às vezes recebe atendimento sob um viés puramente normativo e restrito aos parâmetros biomédicos.

Partindo para experiências dentro do campo da Assistência Social, trago primeiro um artigo intitulado **Cinema perto da gente: Arte como estratégia de atuação do Psicólogo no CRAS** (MARTINS et al., 2019), onde através da experiência de psicólogos no município de Santos (SP) engatilhado pelo questionamento de como utilizar a ferramenta audiovisual para compor ações de acompanhamento das famílias neste equipamento de Assistência Social, buscaram estimular a reflexão crítica e acesso à informação sobre direitos sociais por meio de estratégias de exibição de produções audiovisuais.

Metodologicamente, os autores realizaram planejamentos que adviram do diagnóstico do próprio território e dos temas que envolvem a realidade das famílias em questão, realizaram a divulgação do evento, e desenvolveram os encontros grupais, que aconteciam mediante uma rotina mensal com momentos definidos de acolhimento, exibição e rodas de conversas. A análise dessas experiências aconteceram através de uma abordagem psicanalítica, especificamente sobre a noção de psicanálise implicada, que de acordo com os autores do texto se refere a uma escuta do sujeito e um processo de análise que consiga perceber como eles são capturados e enredados pela máquina do poder (MARTINS et al., 2019).

Achei muito importante como os autores trazem ao texto a necessidade de que o psicólogo precisa estar disponível, antes de qualquer tipo de pretensão, para se colocar como ferramenta e pessoa que está ali para escutar e para criar as condições para que a palavra circule. É evidenciada a busca de que esses sujeitos sejam implicados e possam a partir daquilo que está sendo exibido trazer a palavra e discutir suas realidades, potencializando a produção de mudanças.

A utilização do recurso cinematográfico visou uma abertura para uma construção singular por parte de cada espectador e para que essas perspectivas pessoais que envolvem suas subjetividades e seus afetos possam reverberar no contato com o filme. Foram utilizados entre suas metodologias filmes importantes e que espelhavam realidades sociais análogas às da população em questão. Entre as temáticas que permearam as rodas de conversa, estão a discriminação social, valorização do potencial lúdico da vida, relações pais-filhos, educação emocional, emancipação feminina e machismo, papéis de gênero, Lei Maria da Penha, benefícios socioassistenciais, respeito às diferenças, autonomia, emancipação e discriminação racial (MARTINS et al., 2019).

Acredito que essa experiência é importante para mostrar o papel catalisador de emoções da produção audiovisual e como ela pode espelhar realidades, gerando processos de identificação com personagens e de reflexões posteriores sobre suas próprias vivências, podendo produzir mobilização entre os que compartilham trajetórias de vida, gerando autonomia, empoderamento e mudanças de comportamento dentro das perspectivas intencionalizadas nos pressupostos do Sistema Único de Assistência Social.

Também no âmbito da Assistência Social, trago uma experiência realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social encontrada numa dissertação de mestrado intitulada **Tessituras A/r/tográficas - Ensino de artes visuais no CREAS de São Gonçalo do Amarante (RN)** (GARCIA, 2019). Nesta pesquisa, um arte-educador através de uma pesquisa baseada na

a/r/tografia de Belidson Dias e Rita Irwin (2013), e também sobre pressupostos da educação não formal de Maria da Glória Gohn (2010), faz um estudo de caso qualitativo a respeito de sua própria experiência como arte-educador num Centro de Referência Especializado de Assistência Social dentro do núcleo de trabalho com Medidas Socioeducativas.

Nesta dissertação a gente pode caminhar por todo o percurso do autor desde os seus momentos iniciais de formação até quando inicia seus trabalhos no CREAS. O autor descreve suas expectativas iniciais, frustrações no contato com adolescentes que estavam desmotivados para aprendizagem técnica da arte e que inclusive olhavam para aqueles momentos numa perspectiva de obrigatoriedade imposta judicialmente. O autor em questão reflete sobre o tríplice papel de artista, pesquisador e professor, se valendo do conceito de escultura social e de como se constroem os diálogos como ferramenta de comunicação dentro de um espaço não formal de ensino (GARCIA, 2019).

Diante de várias dificuldades foi preciso inventar novas formas de se fazer o trabalho se mantendo mais atento às motivações dos próprios adolescentes em questão, moldando a forma como levava suas oficinas e como explorava as potencialidades de cada adolescente. Desta forma, ele era ferramenta de apoio para aqueles que potencializavam caminhar por novos percursos. Apesar de todas as dificuldades que teve também podemos perpassar em seu relato por vários momentos onde conseguiu se colocar no lugar desses adolescentes e identificando a forma e a dinâmica que eles mesmos traziam, percebeu que o ensino da técnica conforme estruturado dentro dos livros clássicos precisava ser revisado e adaptado às perspectivas dos próprios adolescentes. Apesar de em seu trabalho o arte-educador não ter focado diretamente com os aspectos que envolviam as “infrações” cometidas por esses adolescentes, a abertura ao contato, vinculação e disponibilidade foram geradoras de bons resultados, sob a perspectiva do autor (GARCIA, 2019).

Para finalizar essa breve mostra de experiências relacionadas às políticas públicas, trago duas que estão dentro do campo da educação. Nenhuma delas aconteceu no espaço de Ensino de crianças e adolescentes, mas ambas podem trazer contribuições sobre a reflexão da potencialidade do uso de expressões teatrais para qualquer âmbito de ensino.

O primeiro artigo denominado **Práticas teatrais no ensino de ciências: O teatro jornal na abordagem da temática do lixo** (FREITAS & GONÇALVES, 2018), foi realizado com estudantes de licenciatura e traz uma reflexão muito interessante a respeito dos diálogos possíveis entre ciência e Arte, discutindo sobre como esses dois campos, apesar de todas as suas diferenciações, podem

possuir similitudes e movimentos aproximados. Esse artigo traz o teatro como instrumento de socialização, politização e educação.

O trabalho em questão se fundamentou no conceito de professor-artista trazida por Figueiredo (2015), tendo sido realizada uma pesquisa qualitativa na modalidade narrativa no Município de Belém, que utilizava como ferramenta a técnica do teatro jornal (transformação de notícias em cenas teatrais). Os alunos puderam a cada encontro irem compondo cenas relacionadas a uma discussão crítica sobre a temática do lixo e a partir da própria criação cênica e das discussões a respeito disso, foram suscitados momentos de compreensão da realidade ambiental num processo muito mais dialético de construção do conhecimento e de engajamento nas mudanças, desde o nível individual ao coletivo (FREITAS & GONÇALVES, 2018).

Acho essa experiência válida, já que nos permite visualizar como temáticas variadas e de diversos campos também podem ser trabalhadas mediante intermediação das diversas modalidades artísticas. É potente a compreensão de que os sujeitos envolvidos no conhecimento não sejam apenas ouvintes passivos de informações dadas, mas sim coautores de novas possibilidades e soluções dentro das problemáticas trazidas por um professor ou educador nos espaços tanto formais quanto não formais de ensino.

Como desfecho das experiências que trago, aponto o artigo **A educação libertadora de Paulo Freire e o teatro na Educação em Saúde: Experiência em uma escola pública no Brasil** (GONÇALVES & DAL-FARRA, 2018), que também se refere ao uso do teatro como possibilidade de educação em saúde. Tendo como perspectiva a Promoção de Saúde, em diálogo com a educação libertadora de Paulo Freire (1987) e com as noções de Teatro do Oprimido de Augusto Boal (1980) e do teatro espontâneo de Jacob Levy Moreno (1984), nesta pesquisa se pensou a produção de intervenção Educativa sobre a temática do alcoolismo. Tendo em vista que a Educação em Saúde é um tema transversal contido nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e portanto temática de extrema importância para se pensar estratégias educacionais dentro das diversas disciplinas e componentes curriculares, a experiência em questão demonstrou na prática a utilização do teatro como lugar de todos e onde os sujeitos implicados dentro da sociedade podem sair do lugar de passividade para um campo de ação, já que o teatro, nesta perspectiva, promove a libertação e transformação social e educativa.

Os alunos envolvidos (e que eram de diversas faixas etárias), puderam se colocar em ato e debater de forma muito mais participativa a respeito do alcoolismo, da dependência química e de seus

impactos na dinâmica familiar. Como resultado, foi possível notar na verbalização dos alunos envolvidos um desejo de mudança de seus próprios comportamentos, uma ampliação das perspectivas sobre a própria doença discutida e uma percepção de maior segurança e subsídio educativo para a conscientização dos parentes e familiares a respeito da temática abordada (GONÇALVES & DAL-FARRA, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada uma das profissões envolvidas na atuação das políticas públicas tem primordial importância na execução das atividades e serviços ofertados à população. Ainda é uma dificuldade muito grande conseguir dirimir todas as demandas que emergem neste campo, seja pelas dificuldades impostas por pouco orçamento ou mesmo pela grande variabilidade de situações, demandas e vicissitudes, que exigem destes profissionais o constante aprimoramento técnico e a criação de novas estratégias a cada impasse encontrado.

Diante do que pudemos acompanhar no percurso destas páginas e dos objetivos de que se pretendia este trabalho, pode-se visualizar o lugar onde a arte encontra sua função interventiva e onde os profissionais podem exercer sua potencialidade criativa com o uso da mesma como instrumento de trabalho.

Estratégias como a utilização da música enquanto mobilizadora do ambiente de atendimento, da arte visual como potencializadora de diálogos e de engajamento, do teatro como instrumento de contato com a realidade ou mesmo como estratégia educativa, da dança como meio de interpretar o momento do atendimento, são possibilidades visualizadas nas experiências elencadas aqui.

Ainda se faz necessária a ampliação das pesquisas dentro deste campo, principalmente das propostas pelos próprios profissionais envolvidos diretamente neste tipo de trabalho. A realização de revisão sistemática da literatura produzida também pode esclarecer ainda mais o estado da arte e as lacunas ainda existentes.

Encerro este trabalho ratificando a minha certeza de que vários buracos e limitações ainda persistem após a conclusão dele. É evidente que não caberia aqui e nem mesmo conseguiria, em virtude do já exposto, realizar um processo de análise mais profundo e sistemático desta temática. Mas espero que esta breve exposição deste assunto e os fragmentos de experiências trazidos possam funcionar como gatilhos para um aprofundamento maior daquele que caminhou comigo por estas páginas.

A potência da arte ultrapassa as barreiras do campo estético e invade as relações mostrando que o atendimento e atenção ao outro, seja em que âmbito se dê, é recheado de um colorido tão diverso que não consegue ser limitado a estratégias de atuação limitadas e engessadas. É necessário pintar novos quadros, encenar novas cenas e dançar novos ritmos. É necessário apreender essas diversas formas de alcançar o humano e alcançar novos contornos na atenção à saúde, nos processos educativos e na assistência social.

Cada profissional, seja de que categoria for, pode imergir nos referenciais diversos que compuseram as experiências aqui elencadas e ir em busca de novos outros que compõem as tentativas de ampliação da atuação profissional. É preciso inventividade para atuar. É preciso experienciar, avaliar ganhos, compartilhar experiências e construir ciência através desses compartilhamentos. Acredito que a ciência assim chegará a novos e importantes lugares. E que a atuação profissional dentro das políticas públicas poderá abarcar a integralidade do ser humano num processo de promoção de sua autonomia e seu engajamento com a coletividade.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI, Valdemar Augusto (Org.). **Psicoterapia e Brasilidade**. São Paulo: Cortez, 2011).

AYRES, J.R; PAIVA, V; BUCHALLA C.M. **Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção de saúde: da doença à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2012.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992

BARBOZA, N.A.S; RÊGO, T.D.M; BARROS, T.M.R.R.P. **A história do SUS no Brasil e a política de saúde**. Brazilian Journal of Development Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 11,p.84966-84985, nov.2020. Disponível em <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/19348/15529>> Acesso em 24 Jan. 2022.

BARONE, Luciana Rodriguez; PAULON, Simone Mainieri. **Ensaio uma clínica do chão: cartografando a Saúde mental na Atenção Básica em interface com a dança**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e180599, 2019. Disponível em:<<https://www.scielo.org/article/icse/2019.v23/e180599/pt/>> Acesso em 24 Jan. 2022.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social - Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2016.

BERTHOLD, M. **História mundial do Teatro**. São Paulo: perspectiva, 2001.

BOAL, Augusto. **Teatro del oprimido: teoria y práctica**. México: Patria, 1980.

BOAL, A. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm> Acesso em 24 Jan. 2022.

BRASIL; **Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993, Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm> Acesso em 24 Jan. 2022.

BRASIL; **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 24 Jan. 2022.

DELEUZE G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34; 2013.

DIAS, B.; IRWIN, R. (Orgs.). **Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

DIAS, R; MATOS, F. **Políticas Públicas - Princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FIGUEIREDO, R. C. de. **A aprendizagem da docência em teatro através da participação em um projeto de Extensão Universitária**. Art Research Journal, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 2, p. 138-153, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Nívia Magalhães da Silva; GONÇALVES, Terezinha Valim Oliver. **Práticas teatrais e o ensino de Ciências: o teatro jornal na abordagem da temática do lixo**. Educar em revista, v. 34, p. 199-216, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/39RzP6vvDcfrPnhYXsxt7ZS/abstract/?lang=pt>> Acesso em 24 Jan. 2022.

GARCIA, Leandro Alves. **Tessituras a/r/tográficas: ensino de artes visuais no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – São Gonçalo do Amarante – RN**. Dissertação

de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16807?locale=pt_BR> Acesso em 24 Jan. 2022.

GOHN, M. G. M. **Educação Não Formal e o Educador Social: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GONÇALVES, Fernanda Carneiro Leão; DAL-FARRA, Rossano André. **A educação libertadora de Paulo Freire e o teatro na educação em saúde: experiências em uma escola pública no Brasil**. Pro-Posições, v. 29, p. 401-422, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/WHKCwjkdWWhkrf6mnrCdsKC/?lang=pt&format=html>> Acesso em 24 Jan. 2022.

GROUT, D.J; PALISCA, C.V. **História da Música Ocidental**. Portugal: Gradiva, 2011.

ITO, Julio César Nunes. **Música: uma possível ampliação de recursos no setting analítico**. Junguiana, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 9-18, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252018000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jan. 2022.

JUNG, C.G. **O Homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

JUNG, C.G. **O Espírito na arte e na ciência**. Petrópolis: Vozes, 2009.

KOUDELA, I.D. Jogos teatrais. São Paulo: Perspectiva, 1984.

LACOSTE, Jean. **A filosofia da arte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LIMA, N.T. (org.). **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MAFFACCIOLLI, Rosana et al. **Hoje eu vou ser artista! Saúde e cidadania em um cenário de internação para tratamento da tuberculose**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e180466, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/7dTYBPq7SqmV4dSy5CNw9vK/?lang=pt>> Acesso em 24 Jan. 2022.

MARTINS, Eduardo de Carvalho et al. **Cinema Perto da Gente: Arte como Estratégia de Atuação do Psicólogo no CRAS**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/Md5bpmfmd4WkpGfQmm3Tgff/?format=html>> Acesso em 24 Jan, 2022

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **O que é um ensaio-teórico?**. Rev. adm. Contemp. 15 (2). Abr 2011. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/rac/a/4mNCY5D6rmRDPWXtrQQMyGN/?lang=pt&format=html>>.
Acesso em 24 Mar 2022.

MORENO, Jacob Levy. **O teatro da espontaneidade**. São Paulo: Summus, 1984.

OLIVEIRA, Denise Figueira de et al. **Construção de espaços de escuta, diagnóstico e análise coletiva de problemas de saúde pública com a linguagem teatral: o caso das oficinas de jogos teatrais sobre a dengue**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, p. 929-942, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/kr5kWFnj88HCdkBtfPBqZzQ/abstract/?lang=pt>>
Acesso em 24 Jan 2022.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A assistência social prevista na constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS**. Ser Social, Brasília, nº 20, p. 09-32, Jan/Jun, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6982/1/ARTIGO_AssistenciaSocialConstituicao.pdf>.
Acesso em 24. Jan. 2022.

PINHEIRO JUNIOR, F.A.F.S. **A evolução das Políticas Sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010**. XVI Seminário sobre a economia Mineira. UFMG, 2014. Disponível em <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2022.

RAITER, J,R; DALLABONA,S.H. **Gestão de Políticas Públicas**. Indaial: UNIASSELVI, 2015.

SPOLIN, V. Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001

VILLANUEVA, E.R; CARVALHO, I.M.; DELALÍBERA, M.; BRITO, R.L.; **História da Assistência Social no Brasil. História da assistência social no Brasil**. Multitemas. 2016 Disponível em: <<https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/1163>> Acesso em 24 Jan. 2022.